Rankings internacionais como fontes de informação para a governança universitária: análise dos vieses culturais e da violência simbólica

Rankings internacionales como fuentes de información para la gobernanza universitaria: análisis de los sesgos culturales y de la violencia simbólica

International rankings as information sources for university governance: an analysis of cultural biases and symbolic violence

José Augusto Chaves GUIMARÃES (1), Maria Cristina PIUMBATO INNOCENTINI HAYASHI (2)

(1) Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Departamento de Ciência da Informação. Av. Hygino Muzzy Filho, 737 – Campus Universitário, 17525-900, Marília-SP, Brasil, chavesguimaraes@unesp.br, https://orcid.org/0000-0002-0310-2331

(2) Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Departamento de Ciência da Informação. Rodovia Washington Luís, km 235, CEP 13565-905, São Carlos, SP, Brasil, dmch@ufscar.br, https://orcid.org/0000-0003-1250-3767

Resumen

Se analizan los sesgos culturales presentes en los rankings universitarios internacionales y se discuten sus efectos sobre la gobernanza universitaria a partir de la Sociología de la Ciencia y de la Organización del Conocimiento. Se parte del entendimiento de que tales rankings no constituyen simples instrumentos técnicos de comparación, sino que operan como formas de consagración y violencia simbólica, al tiempo que constituyen modalidades específicas de Sistemas de Organización del Conocimiento (SOC). Metodológicamente, se trata de una investigación bibliográfica de carácter analítico-interpretativo, apoyada en la literatura internacional sobre rankings universitarios y en una discusión teórica orientada a las dimensiones clasificatoria y representacional de estos instrumentos. Los resultados muestran que los rankings, además de operar como instrumentos de evaluación, tienden a naturalizar criterios situados como parámetros legítimos de excelencia, reforzando asimetrías de naturaleza anglófona, geopolítica, disciplinar y reputacional. Se concluye que su aparente objetividad encubre elecciones situadas, con efectos sobre el reconocimiento, la jerarquización institucional y la gobernanza universitaria.

Palabras clave: Rankings universitarios internacionales. Gobernanza universitaria. Organización del conocimiento. Sociología de la ciencia.

Abstract

This article analyzes the cultural biases embedded in international university rankings and discusses their effects on university governance from the perspectives of the Sociology of Science and Knowledge Organization. It argues that such rankings are not merely technical instruments of comparison, but also operate as forms of consecration and symbolic violence, while at the same time constituting specific modalities of Knowledge Organization Systems (KOS). Methodologically, the study is a bibliographic investigation of an analytical-interpretive nature, grounded in the international literature on university rankings and in a theoretical discussion focused on the classificatory and representational dimensions of these instruments. The results show that rankings, in addition to functioning as evaluation tools, tend to naturalize situated criteria as legitimate parameters of excellence, thereby reinforcing asymmetries of an anglophone, geopolitical, disciplinary, and reputational nature. It is concluded that their apparent objectivity conceals situated choices, with effects on recognition, institutional hierarchization, and university governance.

Keywords: International university rankings. University governance. Knowledge organization. Sociology of science.

1. Introdução

Nas últimas décadas, os rankings universitários internacionais, também referidos como rankings globais, consolidaram-se como fontes de informação privilegiadas na comparação entre instituições de ensino superior em escala global. Seus resultados passaram a orientar decisões de gestores universitários, agências de fomento, órgãos governamentais, docentes e estudantes, influenciando estratégias de avaliação, visibilidade, reputação, internacionalização, atração de talentos e captação de recursos. Essa expansão acompanha o acirramento da competição entre universidades, em um cenário marcado pela pressão por produtividade, reconhecimento e prestação de contas à sociedade, o que intensificou a demanda por indicadores de desempenho.

Nesse contexto, os rankings passaram a integrar o repertório de instrumentos mobilizados na formulação de políticas, na definição de prioridades institucionais e na construção de imagens públicas de excelência.

Esse protagonismo dos rankings, contudo, convive com um conjunto expressivo de críticas. A literatura internacional tem apontado limitações metodológicas recorrentes, problemas relacionados à seleção e ao peso dos indicadores, assimetrias linguísticas, geopolíticas e disciplinares, além da tendência de privilegiar determinados perfis institucionais em detrimento da diversidade de missões, contextos e trajetórias das universidades. Tais questões sugerem que os rankings não operam apenas como mecanismos de mensuração. Ao classificar, ordenar e tornar algumas instituições mais visíveis do que outras, eles também participam da produção de hierarquias simbólicas e da legitimação de certos modelos de excelência universitária. Nessa perspectiva, podem ser compreendidos, ainda, como instrumentos informacionais que organizam visibilidades institucionais e oferecem uma via de aproximação com debates próprios da Organização do Conhecimento.

Partindo desse quadro, o artigo busca responder à seguinte questão: de que modo os vieses culturais presentes nos rankings universitários internacionais podem ser compreendidos como formas de consagração e violência simbólicas, considerando que tais rankings atuam como instrumentos classificatórios que organizam e hierarquizam visibilidades institucionais, com efeitos representacionais e de governança?

O objetivo do artigo é analisar os vieses culturais presentes nos rankings universitários internacionais, a fim de discutir como esses instrumentos participam da consagração de determinados modelos de excelência institucional, da reprodução de violência simbólica e da organização da visibilidade institucional, com implicações para a governança universitária. De modo mais específico, busca-se caracterizar os usos dos rankings na governança universitária; discutir como tais instrumentos classificatórios participam da consagração de determinados modelos de excelência e da reprodução de violência simbólica, ao organizar e representar visibilidades institucionais; sistematizar criticamente os principais vieses culturais e objeções formulados pela literatura científica; e examinar as propostas de aperfeiçoamento desses instrumentos.

Ao tomar os rankings como instrumentos de avaliação e, ao mesmo tempo, como modalidades específicas de Sistemas de Organização do Conhecimento, o artigo articula o debate sobre governança universitária a uma leitura sociológica atenta aos processos de consagração e violência simbólica (Bourdieu, 1976; 1989) que estruturam o espaço acadêmico. Isso se deve ao fato de que os rankings classificam, ordenam e representam visibilidades institucionais por meio de critérios, indicadores e posições comparáveis, produzindo imagens públicas de excelência universitária (Guimarães, 2020; Guimarães; Holland e Campbell, 2020).

Metodologicamente, trata-se de pesquisa bibliográfica de caráter analítico-interpretativo. O estudo se apoia na literatura internacional sobre rankings universitários para discutir seus usos na governança universitária, os vieses culturais que os permeiam e as propostas de aperfeiçoamento formuladas nesse debate. Em articulação com esse percurso, mobiliza-se uma discussão teórica voltada à interpretação dos rankings em suas dimensões classificatória, representacional e política, com ênfase em sua atuação como instrumentos de consagração e violência simbólica e como formas de organização do conhecimento, na medida em que organizam e representam visibilidades institucionais. Com isso, busca-se articular a discussão da literatura a uma chave interpretativa capaz de conferir maior densidade analítica aos vieses identificados.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na seção 2 apresentam-se características e usos dos rankings universitários internacionais no âmbito da governança universitária. A seção 3 discute a relação entre rankings, consagração e violência simbólica. A seção 4 sistematiza criticamente os vieses culturais dos rankings em sua dimensão classificatória e representacional. Por fim, a seção 5 apresenta propostas e recomendações voltadas ao aperfeiçoamento desses instrumentos.

2. Rankings internacionais na governança universitária: características e usos

Os rankings universitários internacionais consolidaram-se, nas últimas décadas, como instrumentos amplamente mobilizados na comparação entre instituições de ensino superior em escala global. Embora experiências de classificação universitária remontem ao século XIX e rankings nacionais tenham ganhado visibilidade ao longo do século XX, foi a partir dos anos 2000, com a projeção internacional de rankings de grande circulação, que esses instrumentos passaram a influenciar de modo mais direto o debate sobre

qualidade, excelência e competitividade no ensino superior (Rauhvargers, 2011). Seu crescimento acompanha o acirramento da competição entre universidades, a expansão de demandas por transparência e a busca por parâmetros sintéticos capazes de oferecer comparações rápidas e de ampla circulação.

Concebidos como fontes secundárias de informação, os rankings universitários podem ser compreendidos como instrumentos que, à semelhança de dicionários e enciclopédias, selecionam, organizam e sintetizam dados oriundos de fontes primárias, como relatórios institucionais, para subsidiar processos decisórios que, por sua vez, repercutem na produção de novas informações (Cacaly *et al.*, 2004; Cunha e Cavalcanti, 2008).

Em termos gerais, os rankings podem ser compreendidos como ordenações de instituições construídas a partir de conjuntos relativamente padronizados de indicadores, combinando dados quantitativos, métricas reputacionais e procedimentos de agregação que produzem posições ordinais facilmente comunicáveis. Essa simplificação torna os rankings particularmente atraentes para diferentes públicos, entre eles gestores universitários, governos, agências de fomento, meios de comunicação, estudantes e suas famílias, e explica parte de sua força como referência comparativa em escala internacional (Usher e Savino, 2007; Hazelkorn, 2011). Seus resultados vêm sendo utilizados para finalidades diversas, como projeção internacional, construção de reputação, atração de estudantes e pesquisadores, formulação de políticas institucionais, alocação de recursos, estabelecimento de parcerias e acompanhamento comparativo do desempenho universitário.

No âmbito da governança universitária, os rankings passaram a desempenhar papel expressivo na definição de prioridades e estratégias institucionais. Seus resultados vêm sendo utilizados em processos de autoavaliação, planejamento, internacionalização, benchmarking e formulação de políticas, ao mesmo tempo que influenciam expectativas externas quanto à posição relativa e ao prestígio das universidades. Essa capacidade de condensar realidades complexas em classificações de ampla circulação contribui para que sejam tomados como referências em decisões administrativas e em políticas de ensino superior. Ao mesmo tempo, essa centralidade amplia seu poder de indução sobre comportamentos institucionais, sobretudo quando os resultados dessas classificações passam a ser incorporados como sinais públicos de qualidade e reconhecimento (Taylor *et al.*, 2014).

Entre os rankings internacionais ou globais mais influentes destacam-se o Academic Ranking of World Universities (ARWU), o Times Higher Education (THE) e o QS World University Rankings.

O Academic Ranking of World Universities (ARWU), também conhecido como ranking de Shanghai, tornou-se referência emblemática desse universo comparativo. Sua metodologia privilegia indicadores associados à pesquisa e à distinção acadêmica tradicional, como premiações de alto prestígio, presença de pesquisadores altamente citados e desempenho bibliométrico, o que favorece universidades intensivas em pesquisa e historicamente consolidadas (Liu e Cheng, 2005; Hazelkorn, 2019). Na literatura, uma das críticas dirigidas ao ARWU refere-se ao peso atribuído a distinções acadêmicas tradicionais, como o Prêmio Nobel e a Medalha Fields, o que reforça a primazia das chamadas "ciências duras" (Axel-Berg, 2015). Também se apontam limites quanto à representatividade internacional do ranking, sobretudo em relação a países do Sul Global (Pandiela-Dominique *et al.*, 2018), bem como problemas de replicabilidade dos resultados, relevância dos indicadores e recuperação de dados (Krauskopf, 2021).

O Times Higher Education World University Rankings (THE) combina indicadores quantitativos e reputacionais, articulando dimensões relacionadas a ensino, pesquisa, citações, internacionalização e receitas provenientes da indústria. Essa composição amplia o escopo comparativo do ranking, mas também preserva a centralidade de métricas que reforçam a visibilidade de instituições já bem posicionadas no cenário internacional (Rauhvargers, 2011; Baty, 2014).

O QS World University Rankings (QS), por sua vez, atribui peso expressivo aos indicadores reputacionais, articulando-os a métricas de internacionalização e desempenho acadêmico. Essa configuração contribui para sua ampla disseminação e apelo comunicacional, ao mesmo tempo que ajuda a compreender por que reputação, visibilidade e inserção internacional ocupam lugar tão destacado nas classificações globais (Hazelkorn, 2011).

Em conjunto, ARWU, THE e QS mostram como os rankings "globais" passaram a integrar, de forma crescente, a governança universitária contemporânea, o que ajuda a compreender por que seus critérios, pressupostos e efeitos passaram a ser objeto de escrutínio crítico na literatura (Hazelkorn, 2019).

Esses rankings, em que pese sua ampla abrangência e utilização na governança universitária, são passíveis de inúmeros vieses de natureza cultural, os quais, ao consagrarem certos

modelos de universidade, excelência e reconhecimento evidenciam mecanismos de consagração e violência simbólica, como se abordará na seção a seguir.

3. Rankings, consagração e violência simbólica

Os vieses culturais dos rankings universitários podem ser compreendidos de modo mais preciso quando esses instrumentos são lidos como mecanismos de consagração simbólica. Ao classificar e ordenar instituições segundo critérios apresentados como universais ou "globais", os rankings distribuem reconhecimento público, legitimam posições hierárquicas e reafirmam determinada definição de excelência acadêmica. Nessa perspectiva, os rankings deixam de aparecer apenas como instrumentos técnicos de comparação entre instituições e passam a ser compreendidos como instâncias de consagração, pois atribuem visibilidade, reconhecimento e valor diferencial às universidades a partir de critérios socialmente construídos.

Em *Homo Academicus*, Bourdieu (1988) mostra que o espaço universitário é também um espaço de disputas por autoridade, prestígio e reconhecimento. Em *Le champ scientifique*, explicita que a produção científica se organiza em um campo relativamente autônomo, estruturado por relações de força e por disputas em torno dos critérios legítimos de valoração e hierarquização do conhecimento (Bourdieu, 1976). É nesse horizonte que, em *Social Space and Symbolic Power*, a classificação aparece integrada às lutas simbólicas por imposição de visões legítimas do mundo social (Bourdieu, 1989).

Essas contribuições teóricas se mostram particularmente fecundas para a análise dos rankings, uma vez que tais instrumentos condensam realidades institucionais heterogêneas em listas ordinais simples, amplamente disseminadas e facilmente apropriáveis por gestores, formuladores de políticas, mídia e mercado educacional. Ao converterem diferenças complexas em posições comparáveis, os rankings transformam a classificação em linguagem pública de excelência e fazem dessa linguagem um princípio de reconhecimento. Essa operação classificatória se apoia, contudo, em critérios que não decorrem de qualquer universalidade neutra. Ao contrário, tende a generalizar um modelo historicamente situado de universidade, fortemente orientado pela pesquisa intensiva, internacionalização em moldes competitivos e reputação acumulada em circuitos acadêmicos desigualmente estruturados (Hazelkorn, 2011), dinâmica à qual se associam indicadores de produtividade e desempenho bibliométrico amplamente valorizados nos rankings.

A existência de desigualdades entre universidades, por si só, não esgota o problema da violência simbólica, que se manifesta quando parâmetros históricos e situados são elevados à condição de medida legítima do mérito institucional. Nessa lógica, critérios produzidos em contextos específicos — como a produtividade em determinadas áreas, a publicação em inglês, a inserção em redes internacionais de colaboração e o reconhecimento reputacional — passam a definir, de forma ampliada, o que conta como excelência universitária. Com isso, a comparação entre universidades passa a operar segundo uma lógica de reconhecimento em que certos perfis institucionais, temáticos, linguísticos, geopolíticos e disciplinares se tornam mais facilmente reconhecidos como exemplares. Em diálogo com Bourdieu e Passeron (1977), pode-se dizer que os rankings contribuem para universalizar um arbitrário cultural, isto é, um conjunto de critérios historicamente situados que passa a ser reconhecido como padrão geral de excelência, favorecendo determinados contextos institucionais e tradições acadêmicas, como demonstra a reiterada expressão "universidades de classe mundial". Sob esse ângulo, a violência simbólica opera de forma sutil, ao naturalizar parâmetros situados e fazê-los valer como expressão evidente da excelência universitária em escala global.

Em Bourdieu (1986), as diferentes espécies de capital — econômico, cultural, social e simbólico — distribuem-se de forma desigual no espaço acadêmico e podem ser convertidas umas nas outras, reforçando posições já vantajosas e, assim, perpetuando um *status quo*. No universo dos rankings universitários, essa dinâmica se torna especialmente visível em instituições de longa trajetória, que contam com mais recursos, maior internacionalização, preponderância de atuação nas denominadas "ciências duras", em um ambiente prioritariamente anglófono, com forte inserção em redes de pesquisa e reconhecimento acumulado em avaliações reputacionais, que tendem a reunir condições prévias para alcançar posições superiores. Os rankings operam, assim, como instâncias de conversão de capitais em consagração pública, ao transformarem recursos e vantagens previamente acumulados em sinais visíveis de excelência. Essas posições, uma vez alcançadas e publicamente reiteradas, realimentam o prestígio das mesmas instituições, ampliando sua capacidade de atrair financiamento, parcerias, docentes, estudantes e atenção midiá-

tica. Forma-se, desse modo, um circuito de legitimação cumulativa em que os rankings não criam do zero a distinção entre universidades, mas a reforçam e a tornam mais visível. Nesse sentido, sua função consagratória aproxima-se do que Bourdieu (1996) identifica, em *A nobreza de Estado*, como mecanismos institucionais de legitimação das elites, isto é, processos por meio dos quais determinadas posições passam a ser reconhecidas como naturalmente superiores.

Estudos recentes (Brankovic, Ringel e Werron, 2022) permitem compreender melhor esse ponto ao mostrarem, de um lado, como os rankings se estabilizam e se legitimam por meio de processos organizados de trabalho de fronteira (*boundary work*) e, de outro, como sua eficácia social se apoia fortemente em reputações sedimentadas, inclusive no recrutamento de estudantes internacionais (Soysal, Baltaru e Cebolla-Boado, 2024). Nesse contexto, os rankings tendem a premiar capitais já concentrados e a reapresentar como desempenho comparável aquilo que, em larga medida, resulta de histórias institucionais desiguais. As implicações dessa lógica ultrapassam o plano da representação e alcançam diretamente a governança universitária. Ao se consolidarem como instrumentos de comparação, os rankings passam a orientar prioridades institucionais, estratégias de internacionalização, alocação de recursos, políticas de recrutamento e formas de construção da imagem das universidades, de tal modo que um conjunto de "estratégias" artificialmente construídas se sobreponha ao próprio fazer científico-educacional de uma universidade.

A literatura recente tem mostrado que os rankings integram formas de governança apoiadas na quantificação do desempenho e em procedimentos algorítmicos de comparação entre instituições (Chen e Chan, 2021), ao mesmo tempo que preservam notável resiliência discursiva, isto é, continuam a ser percebidos como referências legítimas mesmo diante do volume de críticas que recebem (Hamann e Ringel, 2023). Esse cenário sugere que a força dos rankings decorre, em larga medida, da capacidade de reduzir a complexidade do espaço universitário a esquemas classificatórios simples e inteligíveis, amplamente apropriáveis por gestores, mídia e formuladores de políticas.

A força simbólica desses instrumentos incide também sobre a condução do espaço universitário. Quando esse tipo de classificação passa a ser reconhecido como retrato legítimo de prestigio institucional, as universidades tendem a reorganizar prioridades, investimentos e estratégias de internacionalização segundo essa lógica de consagração. Desse modo, a violência simbólica associada aos rankings manifesta-se na consagração de determinados modelos institucionais e na indução de comportamentos orientados pela busca de posições mais vantajosas nas classificações. A adesão prática a parâmetros que comprimem a pluralidade das missões universitárias e reposicionam a governança segundo hierarquias previamente legitimadas torna-se expressão da violência simbólica.

É nesse ponto que a literatura crítica sobre os vieses culturais dos rankings se torna particularmente relevante, pois oferece os elementos necessários para sistematizar como esses mecanismos se traduzem em escolhas metodológicas, recortes linguísticos, assimetrias geopolíticas, privilégios disciplinares e efeitos sobre a governança universitária.

4. Os vieses culturais nos rankings universitários

Compreendidos como instrumentos de consagração e violência simbólica, os rankings universitários também podem ser analisados como modalidades específicas de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), na medida em que classificam, ordenam e representam visibilidades institucionais por meio de critérios, indicadores e posições comparáveis (Guimarães, 2020; Guimarães, Holland e Campbell, 2020). Em jogo estão as formas de definir a excelência universitária, de atribuir visibilidade institucional e de ampliar a legitimidade de perfis acadêmicos já favorecidos. A literatura internacional tem insistido que tais rankings não constituem instrumentos neutros de comparação, pois selecionam dimensões específicas do desempenho universitário, atribuem pesos desiguais a esses elementos e convertem essa operação em listas ordinais de ampla circulação pública (Jeremic *et al.*, 2011; Hazelkorn, 2019). Assim, mais do que registrar diferenças entre instituições, os rankings estabilizam certas definições de qualidade, prestígio e excelência, convertendo-as em parâmetros legítimos de comparação.

A projeção internacional das universidades tende a ser aferida a partir de circuitos acadêmicos em que o inglês ocupa posição privilegiada como idioma da comunicação científica — o que inclui publicação, citação e disseminação do conhecimento produzido — , assim como do ensino superior voltado ao reconhecimento em escala internacional.

Esse traço não se restringe ao idioma em si, alcançando também a concentração da visibilidade editorial em bases e periódicos internacionais, bem como a valorização de formas específicas de internacionalização. Com isso, universidades

inseridas em circuitos anglófonos, ou mais aptas a adaptar-se a eles, passam a reunir vantagens acumulativas em termos de reputação, impacto e presença internacional (Harvey, 2008; Jöns e Hoyler, 2013; Piller e Cho, 2013; Villaseñor-Becerra, Moreno-Arellano e Flores-Orozco, 2015; Scherlen, 2020). O que se apresenta como comparação global entre instituições incorpora, desse modo, condições desiguais de acesso à circulação científica internacional. A pressão por competitividade global tem levado pesquisadores e universidades do Sul Global a adequar suas práticas de comunicação científica a padrões editoriais do Norte, em especial pela exigência crescente de publicação em inglês. Nessa chave, a língua passa a compor uma das condições de reconhecimento classificatório.

Em sentido mais amplo, esse quadro remete a um viés geopolítico. Os rankings tendem a tomar como referência geral de excelência um modelo institucional associado ao Norte Global, fortemente ligado à universidade de pesquisa, à competitividade internacional e à ampla inserção em redes acadêmicas consolidadas. Diferenças territoriais, históricas, econômicas e institucionais são, assim, comprimidas em métricas comuns, como se todas as universidades partissem de condições equivalentes. Essa generalização reduz a sensibilidade das classificações à diversidade efetiva do ensino superior mundial e ajuda a explicar as críticas dirigidas à cobertura geográfica desigual dos rankings e à sua limitada capacidade de reconhecer contextos nacionais e regionais distintos (Pusser e Marginson, 2013; Taylor *et al.*, 2014; Zhou e Wu, 2016; Perez-Mejias, Chiappa e Guzman-Valenzuela, 2018).

Em vez de apenas comparar instituições, os rankings contribuem para difundir um ideal de universidade de classe mundial que nem sempre corresponde às missões, prioridades e condições de grande parte das instituições. Por essa razão, a literatura registra críticas recorrentes ao baixo grau de sensibilidade dos rankings aos contextos nacionais e regionais, bem como à sua cobertura limitada diante da diversidade efetiva do ensino superior mundial. Em vários casos, essas limitações estimularam a criação de rankings regionais ou temáticos, como tentativa de oferecer comparações mais contextualizadas e menos dependentes de um único modelo universalizante. Embora alguns desses rankings possuam edições 'regionais', por exemplo, voltadas à América Latina, observa-se que isso nem sempre se traduz em efetivo reconhecimento de contextos específicos, pois, em muitos casos, tais recortes acabam por reiterar a posição marginal ou de exceção desses contextos no interior da lógica classificatória dominante.

Outro viés recorrente refere-se à primazia da pesquisa. Os rankings atribuem peso elevado à produção científica, ao impacto de citações, à presença de pesquisadores altamente citados e, em alguns casos, a distinções acadêmicas tradicionais, como o Prêmio Nobel, a Medalha Fields e publicações em *Nature* e *Science*, reforçando a vantagem das chamadas "ciências duras" e reduzindo o alcance comparativo do ranking para áreas em que outras formas de produção e circulação do conhecimento adquirem maior peso. Esse desenho favorece universidades intensivas em pesquisa e áreas com maior densidade consolidada em indicadores bibliométricos, ao mesmo tempo que reduz a visibilidade de outras missões universitárias, como o ensino, a extensão e a inserção regional. No caso do ARWU, essa orientação aparece de modo particularmente nítido, já que sua metodologia privilegia indicadores associados à pesquisa de alto prestígio e às chamadas ciências duras (Bornmann, De Moya-Anegón e Mutz, 2013; Goglio, 2016; Gadd, 2020). A excelência universitária passa, assim, a ser lida sobretudo a partir de atributos mais facilmente capturados por métricas de produção e impacto científico. Desse modo, ensino, impacto social, inserção regional, extensão e inovação costumam aparecer de modo residual ou indireto, enquanto produtividade científica, citações e reputação acadêmica recebem peso desproporcional. Esse padrão favorece a universidade intensiva em pesquisa e enfraquece a visibilidade de instituições cuja atuação se define mais fortemente por outras missões.

Também merece destaque o viés reputacional, presente sobretudo no THE e no QS. Embora os indicadores de reputação sejam apresentados como forma de captar reconhecimento entre pares, eles trazem um forte componente subjetivo e tendem a prolongar prestígio já acumulado, além de reproduzir percepções cristalizadas sobre o status das instituições. Além disso, as pesquisas reputacionais dependem da distribuição desigual de respondentes por região e área, o que pode reforçar vieses geográficos, linguísticos e institucionais. Universidades historicamente mais visíveis tornam-se também mais lembradas e mais bem avaliadas, enquanto instituições menos conhecidas enfrentam barreiras adicionais para alterar sua posição, mesmo quando apresentam mudanças relevantes em seu desempenho.

Nesse sentido, a classificação contribui para reafirmar reputações anteriores, convertendo prestígio acumulado em legitimidade comparativa (Volkwein e Sweitzer, 2006; Van Vught, 2008; Safón, 2013; Marginson, 2014). O efeito é circular: a reputação favorece a classificação, e a

classificação amplia a reputação. Assim, a reputação medida pelos rankings aproxima-se mais da visibilidade acumulada do que de uma avaliação qualitativa do conjunto das atividades universitárias.

À vista desse conjunto de questões, o Quadro 1 reúne os principais vieses culturais associados aos rankings universitários, acompanhados de uma síntese analítica e de referências-chave.

Vieses	*Síntese analítica*	*Referências-chave*
Anglófono	A projeção internacional das universidades tende a ser aferida a partir de circuitos acadêmicos fortemente marcados pelo uso do inglês, pela visibilidade editorial e por formas específicas de internacionalização, o que favorece instituições mais bem inseridas nesses fluxos.	van Raan (2005); Marginson; Van der Wende (2007); Hazelkorn (2011; 2019); Scherlen (2020)
Geopolítico	A excelência universitária tende a ser medida a partir de um modelo institucional associado ao Norte Global, o que comprime diferenças territoriais, econômicas e históricas e reduz a sensibilidade dos rankings à diversidade do ensino superior mundial. A distribuição desigual de recursos, visibilidade internacional e inserção em redes globais afeta as chances de reconhecimento, em especial para universidades do Sul Global.	Ordorika e Lloyd (2015); Perez-Mejias, Chiappa e Guzman-Valenzuela (2018); Pandiela-Dominique et al. (2018)
Primazia da pesquisa	Os rankings atribuem maior valor à produção científica, ao impacto de citações, às distinções acadêmicas tradicionais e a áreas de maior densidade bibliométrica, com menor sensibilidade ao ensino, à extensão e a outras missões universitárias.	Liu e Cheng (2005); Rauhvargers (2011); Taylor et al. (2014); Axel-Berg (2015); Gadd (2020).
Reputacional	Indicadores baseados em reputação tendem a reciclar prestígio acumulado, ampliando a vantagem de universidades historicamente reconhecidas e reforçando a permanência das instituições já bem classificadas.	Bowman e Bastedo (2011); Marginson (2014); Hazelkorn (2019)

Quadro 1. Síntese analítica dos vieses culturais nos rankings Shanghai, THE e QS

Os quatro vieses culturais reunidos no Quadro 1 não atuam de forma isolada. Sua operacionalização depende de uma transversalidade metodológica que seleciona indicadores, hierarquiza atributos, atribui pesos desiguais e converte diferenças complexas em classificações de ampla circulação. Nesse plano, a literatura aponta problemas ligados à opacidade dos métodos de cálculo, à agregação de dados heterogêneos em uma única escala ordinal e à redução da complexidade universitária a índices sintéticos facilmente comunicáveis (Tofallis, 2012; Taylor *et al*., 2014; Kosztyán *et al*., 2019). Somam-se a isso a dependência de bases bibliográficas, dados institucionais autodeclarados e levantamentos reputacionais, o que torna menos nítida a comparabilidade entre universidades situadas em contextos distintos.

Esse enquadramento metodológico repercute diretamente sobre o tipo de universidade que tende a ser favorecido pelas classificações. Em geral, os rankings premiam instituições maiores, mais antigas, mais ricas, mais internacionalizadas e mais intensivas em pesquisa, sobretudo em áreas de maior densidade bibliométrica e maior presença em bases internacionais (Altbach, 2006; Robinson, 2014; Goglio, 2016; Jalote, 2019). Assim, vantagens historicamente acumuladas passam a ser convertidas em sinais públicos de mérito comparativo, o que ajuda a compreender por que os rankings podem atuar, ao mesmo tempo, como instrumentos de consagração e de violência simbólica. (Bourdieu, 1976; 1989).

Essa leitura permite acrescentar que os vieses culturais dos rankings não se restringem à escolha de indicadores ou ao peso atribuído a determinados atributos institucionais. Eles dizem respeito também ao modo como esses instrumentos classificam, ordenam e representam universidades. Sob esse ângulo, os rankings podem ser compreendidos como modalidades específicas de Sistemas de Organização do Conhecimento, pois operam por recortes analítico-sintéticos, estruturas facetadas, regras de aplicação e notações classificatórias historicamente situadas. Como ocorre com outros SOC, tampouco aqui há neutralidade: os critérios de seleção, hierarquização e visibilidade incorporam valores e escolhas situadas no tempo e no espaço, razão pela qual seus vieses culturais se manifestam também no plano da organização e da representação do conhecimento (Barité, 2001; Olson, 2002; Guimarães, 2017; Guimarães *et al.,* 2019).

A identificação desses vieses e de sua transversalidade metodológica ajuda a compreender por que a literatura recente tem proposto caminhos para o aperfeiçoamento dos rankings, sua contextualização e uso mais cauteloso de seus resultados, como se verifica nas discussões reunidas na seção seguinte.

5. Propostas e recomendações para o aperfeiçoamento dos rankings universitários

A identificação dos vieses culturais e de sua transversalidade metodológica ajuda a situar as respostas que vêm sendo formuladas para o aperfeiçoamento dos rankings universitários. Essas proposições abrangem desde a exigência de maior transparência e inteligibilidade até a defesa de usos mais contextualizados, da adoção de boas práticas na produção dos rankings e da incorporação de critérios mais sensíveis à diversidade institucional. Assim, em vez de propor a simples rejeição desses instrumentos, algumas discussões apontam para as condições em que seu emprego pode ocorrer de modo mais consequente.

Um primeiro eixo refere-se à transparência e à inteligibilidade. Nessa direção, Moed (2017) chama atenção para a necessidade de que as universidades e os demais usuários compreendam com clareza a relação entre o que os rankings declaram medir, o que efetivamente medem, como calculam suas pontuações e o que seus resultados significam. A esse respeito, a discussão envolve a própria ferramenta classificatória, assim como a compreensão ainda insuficiente de pressupostos, limites e interesses envolvidos na seleção dos indicadores. Por isso, o aperfeiçoamento dos rankings supõe ampliar a capacidade crítica da comunidade universitária para discutir critérios, métodos de cálculo e formas de apresentação (Davis, 2016; Gadd; Holmes e Shearer, 2021; Ioannidis *et al.*, 2007).

Um segundo eixo diz respeito ao uso crítico e contextualizado dos rankings. Esses instrumentos não devem ser tomados como fonte única de avaliação institucional, nem servir como referência exclusiva para definir metas, políticas ou alocação de recursos. Seu uso, como fonte de informação, ganha maior consistência quando integrado a sistemas mais amplos de garantia de qualidade, avaliação e benchmarking, em diálogo com a missão, a trajetória e as prioridades de cada universidade. Nessa mesma direção, há advertências quanto aos riscos de mudanças artificiais de perfil institucional voltadas unicamente à ascensão nas classificações, bem como de práticas de manipulação de dados e informações públicas com o objetivo de melhorar posições (Salmi e Saroyan, 2007; Saisana; D'Hombres e Saltelli, 2011; Johnes, 2018; Huang *et al.*, 2020).

Um terceiro eixo refere-se à busca de comparações mais sensíveis ao contexto. Nesse caso, figuram entre as propostas a separação das universidades em grupos de similaridade, a comparação entre instituições com perfis próximos, a ampliação do foco disciplinar e a criação de rankings regionais, locais ou temáticos.

Essas alternativas procuram responder ao problema recorrente dos rankings globais que comprimem diferenças institucionais, históricas e territoriais em métricas comuns. Ao favorecer comparações entre instituições mais próximas em missão, estrutura ou área de atuação, tais propostas tendem a oferecer interpretações menos redutoras e mais ajustadas à diversidade efetiva do ensino superior (García *et al.*, 2012; Bengotxea e Buela-Casal, 2013; Hazelkorn e Gibson, 2017). Nesse sentido, observa-se que a previsão de rankings específicos, como o QS Top 50 under 50 ou o Latin America University Rankings, constituem tentativas de contextualizar a categorização, mas ainda esbarram no problema de não considerarem as universidades a partir de critérios mais consistentes de similaridade institucional.

Um quarto eixo concentra-se nos princípios e nas boas práticas para a produção dos rankings. Nesse contexto, ganham destaque os Princípios de Berlim para Rankings de Instituições de Ensino Superior, elaborados pelo International Ranking Expert Group (IREG), com orientações relativas aos objetivos dos rankings, à configuração dos indicadores e pesos, à coleta e ao processamento dos dados e à apresentação dos resultados.

Entre os aspectos salientados estão o reconhecimento da diversidade de missões das instituições, a necessidade de metodologias transparentes, o uso de dados auditados e a clareza quanto aos públicos a que se destinam os rankings. Esses princípios contribuem para deslocar a discussão de uma simples disputa por posições para um exame mais qualificado da consistência e da responsabilidade dos instrumentos classificatórios (IREG, 2006; Stratilatis, 2014; Ganga-Contreras, Martin e Viancos, 2019)

À vista dessas discussões, o Quadro 2 reúne os principais eixos de aperfeiçoamento identificados na literatura sobre rankings universitários, acompanhados de uma síntese analítica e de referências-chave.

Os eixos sintetizados no Quadro 2, na página siguiente, indicam que o aperfeiçoamento dos rankings depende de uma revisão mais ampla dos critérios que definem a qualidade universitária, organizam a comparação entre instituições e atribuem legitimidade pública a seus resultados. Nessa direção, as proposições aqui reunidas deslocam o debate do plano estritamente classificatório para um exame mais atento das finalidades, dos limites e das condições de uso desses instrumentos.

Eixos de aperfeiçoamento	*Síntese analítica*	*Referências-chave*
Transparência e inteligibilidade	Exige clareza sobre o que o ranking declara medir, o que efetivamente mede, como calcula pontuações e o que seus resultados significam para usuários distintos.	Moed (2017); Gadd (2020); Vidal e Ferreira (2020)
Uso crítico e contextualizado	Propõe que rankings não sejam utilizados como fonte única de avaliação ou planejamento, mas como um entre vários referenciais, em consonância com a missão e o contexto institucional.	Robinson (2014); Hazelkorn (2019); Huang et al. (2020)
Comparações mais sensíveis ao contexto	Recomenda agrupamentos por similaridade, foco disciplinar, múltiplas fontes de dados e formatos mais atentos à diversidade institucional e regional.	Bengotxea e Buela-Casal (2013); Taylor et al. (2014); Bellantuono et al. (2022)
Princípios e boas práticas	Defende objetivos claros, metodologias transparentes, dados auditados, comparabilidade defensável e apresentação responsável dos resultados.	IREG (2006); Harvey (2008); Rauhvargers (2013)

Quadro 2. Síntese analítica de propostas e recomendações para o aperfeiçoamento dos rankings universitários

6. Considerações finais

Este artigo examinou os rankings universitários internacionais como fontes de informação para a governança universitária, bem como os vieses culturais que orientam seus critérios de avaliação. Partiu-se do entendimento de que tais rankings se consolidaram como instrumentos de ampla circulação no ensino superior contemporâneo, com efeitos sobre a visibilidade institucional, a formulação de estratégias e a definição pública do que passa a contar como excelência universitária.

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu sustentar que os rankings não constituem simples instrumentos técnicos de comparação. Ao ancorar esse argumento na perspectiva teórica bourdieusiana, os rankings revelam-se vinculados a processos de consagração e de violência simbólica, pois transformam vantagens historicamente acumuladas em sinais de mérito comparativo e legitimam, como se fossem universais, critérios socialmente situados de reconhecimento acadêmico. Nesse quadro, a classificação das universidades passa a operar como linguagem pública de excelência, com repercussões diretas sobre a condução das instituições e a forma como as diferenças entre elas são percebidas, hierarquizadas e naturalizadas.

A discussão dos vieses culturais permitiu mostrar que essa dinâmica se apoia, entre outros aspectos, no componente anglófono da comunicação científica, em assimetrias geopolíticas entre instituições e regiões, na primazia da pesquisa em detrimento de outras missões universitárias e na força reiterativa dos indicadores reputacionais, aspectos que evidenciam a violência simbólica. O exame desses vieses foi complementado pela transversalidade metodológica, que ajuda a compreender como escolhas relativas a indicadores, pesos, fontes de dados e à própria composição dos resultados conferem aparência de objetividade a classificações assentadas em critérios valorativos e historicamente situados. Sob esse ângulo, há de se recordar que os rankings constituem modalidades específicas de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), pois classificam e representam universidades segundo critérios e hierarquias que moldam sua visibilidade pública e a percepção de seu reconhecimento institucional. Ademais, e como destacado por Tennis (2012), a presença de hierarquias, em SOCs já pressupõe, por si só, um ranqueamento.

Ao mesmo tempo, o artigo mostrou que a crítica aos rankings vem sendo acompanhada por propostas de aperfeiçoamento voltadas à transparência e à inteligibilidade de seus métodos, ao uso mais contextualizado de seus resultados, à formulação de comparações mais sensíveis à diversidade institucional e à adoção de princípios e boas práticas na produção desses instrumentos. Essas proposições deslocam o debate para um terreno em que o problema deixa de residir apenas na existência dos rankings e passa a incluir as condições de sua produção, interpretação e uso na governança universitária. Em síntese, argumenta-se que compreender os rankings universitários requer ir além de sua aparência descritiva e considerar as hierarquias culturais, linguísticas, geopolíticas e institucionais que sustentam sua autoridade pública.

Este estudo privilegiou rankings internacionais de maior circulação — ARWU, THE e QS — e uma leitura teórico-crítica das relações entre classificação, governança universitária e vieses culturais. Essa delimitação permitiu examinar, com maior precisão, como esses rankings tendem a naturalizar critérios situados como parâmetros legítimos de comparação e reconhecimento institucional, embora permaneçam em aberto diferenças relevantes entre configurações

institucionais, contextos nacionais, arranjos regionais e modalidades avaliativas menos dependentes de classificações globais. Estudos futuros poderão aprofundar, por exemplo, o exame empírico de seus efeitos sobre políticas institucionais específicas, a análise de iniciativas que buscam incorporar critérios mais atentos à pluralidade de missões das universidades e a investigação de modelos avaliativos menos subordinados à lógica classificatória. Desponta como igualmente promissora a análise de rankings de base estritamente bibliométrica, como o CWTS Leiden Ranking, a fim de examinar de que modo vieses culturais se configuram em um ranking com pretensão de abrangência 'global', quando a classificação se apoia sobretudo na produção científica das universidades.

Ao mostrar que a crítica aos rankings universitários se desloca do plano estritamente técnico para o exame das hierarquias e escolhas que sustentam sua autoridade pública e orientam sua incidência sobre a governança universitária, abre-se espaço uma leitura situada dos vieses que permeiam suas formas de classificação e legitimação.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq pelo apoio à pesquisa por meio de Bolsas de Produtividade em Pesquisa concedidas no âmbito dos processos nº 307519/2019-8 e nº. 402602/2023-4.

CRediT author statement

José Augusto Chaves Guimarães: Conceptualization (equal); Methodology (equal); Investigation (equal); Formal analysis (equal); Writing – original draft (equal); Writing – review & editing (equal); Funding acquisition (equal).

Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi: Conceptualization (equal); Methodology (equal); Investigation (equal); Formal analysis (equal); Writing – original draft (equal); Writing – review & editing (equal); Funding acquisition (equal).

Referencias

Altbach, P. G. (2006). The Dilemmas of Ranking. // Altbach, Philip G. (ed.) (2006). International higher education: reflections on policy and practice. Chesnut Hill, USA, 77-80.

Axel-Berg, J. H. (2015). Competing on the world stage: the Universidade de São Paulo and global universities rankings. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). São Paulo: Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-12082015-161448/publico/Justin_Hugo_Axel_Berg.pdf

Barité, M. (2001). Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en bibliotecología y documentación. // Carrara, K. (ed.) (2001). Educação, universidade e pesquisa. Marília: Unesp; FAPESP, 35-60.

Baty, P. (2014). The Times Higher Education World University Rankings, 2004-2012. // Ethics in Science and Environmental Politics. 13:2, 125-130. https://doi.org/10.3354/esep00145

Bellantuono, L.; Monaco, A.; Amoroso, N.; Aquaro, V.; Bardoscia, M.Loiotile, A. D.; Lombardi, A; Tangaro, S.; Bellotti, R. (2022). Territorial bias in university rankings: a complex network approach. // Scientific Reports. 12, 4995. https://doi.org/10.1038/s41598-022-08859-w

Bengoetxea, E.; Buela-Casal, G. (2013). The new multidimensional and user-driven higher education ranking concept of the European Union. // International Journal of Clinical and Health Psychology. 13, 67-73. https://doi.org/10.1016/S1697-2600(13)70009-7

Bornmann, L.; De Moya-Anegón, F.; Mutz, R. (2013). Do universities or research institutions with a specific subject profile have an advantage or a disadvantage in institutional rankings? // Journal of the American Society for Information Science and Technology. 64:11, 2310-2316. https://doi.org/10.1002/asi.22923

Bourdieu, P. (1976). Le champ scientifique. // Actes de la recherche en sciences sociales. 2:2-3, 88-104.

Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. // Richardson, J. G. (ed.) (1986). Handbook of theory and research for the sociology of education. New York: Greenwood Press, 241-258.

Bourdieu, P. (1988). Homo Academicus. Stanford: Stanford University Press.

Bourdieu, P. (1989). Social space and symbolic power. // Sociological Theory. 7:1, 14-25.

Bourdieu, P. (1996). The State Nobility: elite schools in the field of power. Stanford: Stanford University Press.

Bourdieu, P.; Passeron, J.-C. (1977). Reproduction in education, society and culture. London: Sage.

Bowman, N. A.; Bastedo, M. N. (2011). Anchoring effects in world university rankings: exploring biases in reputation scores. // Higher Education. 61:4, 431-444. https://doi.org/10.1007/s10734-010-9339-1

Brankovic, J.; Ringel, L.; Werron, T. (2022). Spreading the gospel: legitimating university rankings as boundary work. // Research Evaluation. 31:4, 463-474. https://doi.org/10.1093/reseval/rvac035

Cacaly, S.; Le Coadic, Y.-F.; Pomart, P.-D.; Sutter, E. (2004). Dictionnaire de l'information. 2. ed. Paris: Armand Colin.

Chen, G.; Chan, L. (2021). University rankings and governance by metrics and algorithms. // Hazelkorn, E.; Yuan, T. Z. W.; Fabre, M. (eds.) (2021). Research handbook on university rankings: theory, methodology, influence and impact. Cheltenham: Edward Elgar, 425-443.

Cunha, M. B. da; Cavalcanti, C. R. de O. (2008). Dicionário de biblioteconomia e arquivologia. Brasília: Briquet de Lemos.

Davis, M. (2016). Can college rankings be believed? // She Ji: the journal of design, economics and innovation. 2:3, 215-230.

Gadd, E. (2020). University rankings need a rethink. // Nature. 587:7835, 523. https://doi.org/10.1038/d41586-020-03312-2

Gadd, E.; Holmes, R.; Shearer, J. (2021). Developing a method for evaluating global university rankings. // Scholarly Assessment Reports. 3:1, 1-19. https://doi.org/10.29024/sar.31

Ganga-Contreras, F.; Martin, W. S. S.; Viancos, P. (2019). University rankings as a tool for institutional evaluation: an analysis of used methodologies in international instruments. // Revista Inclusiones. 6:4, 367-382.

García, J. A., Rodríguez-Sanchez, R.; Fdez-Valdivia, J., Robinson-García, N. Torres-Salinas, D. (2012). Mapping academic institutions according to their journal publication profile: Spanish universities as a case study. // Journal of the American Society for Information Science and Technology. 63:11, 2328-2340. https://doi.org/10.1002/asi.22735

Goglio, V. (2016). One size fits all? a different perspective on university rankings. // Journal of Higher Education Policy and Management. 38:2, 212-226. https://doi.org/10.1080/1360080X.2016.1150553

Guimarães, J. A. C. (2017). Slanted knowledge organization as a new ethical perspective. // Andersen, J.; Skouvig, L. (eds.) (2017). The organization of knowledge: caught between global structures and local meaning. Bingley: Emerald, 87-102.L

Guimarães, J. A. C.; Campbell, D. G.; Milani, S. O.; Holland, H. (2019). Cultural biases in knowledge organization systems: a discussion regarding international university rankings. // NASKO. 7, 48-62. https://doi.org/10.7152/nasko.v7i1.15621

Guimarães, J. A. C. (2020). Os rankings universitários como sistemas de organização do conhecimento: considerações teóricas. // Informação & Sociedade: Estudos. 30:4, 1-23. https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57187

Guimarães, J. A. C.; Holland, H.; Campbell, D. G. (2020). University rankings as knowledge organization systems: an analysis of their classification nature. // Scire. 26:2, 31-37. https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4696/4277

Hamann, J.; Ringel, L. (2023). The discursive resilience of university rankings. // Higher Education. 86:4, 845-863. https://doi.org/10.1007/s10734-022-00990-x

Harvey, L. (2008). Rankings of higher education institutions: a critical review. // Quality in Higher Education. 14:3, 187-207.

Hazelkorn, E. (2011). Rankings and the reshaping of higher education: the battle for world-class excellence. New York: Palgrave Macmillan.

Hazelkorn, E. (2019). The dubious practice of university rankings. // Elephant in the Lab. https://elephantinthelab.org/the-accuracy-of-university-rankings-in-a-international-perspective/

Hazelkorn, E.; Gibson, A. (2017). Global science, national research, and the question of university rankings. // Palgrave Communications. 3:1, 1-11. https://doi.org/10.1057/s41599-017-0011-6

Huang, C.-K. K.; Neylon, C.; Brookes-Kenworthy, C.; Hosking, R.; Montgomery, L.; Wilson, K.; Ozaygen, A. (2020). Comparison of bibliographic data sources: implications for the robustness of university rankings. // Quantitative Science Studies. 1:2, 445-478. https://doi.org/10.1162/qss_a_00031

Ioannidis, J. P.; Patsopoulos, N. A.; Kavvoura, F. K.; Tatsioni, A.; Evangelou, E.; Kouri, I.; Contopoulos-Ioannidis, D. G.; Liberopoulos, G;. (2007). International ranking systems for universities and institutions: a critical appraisal. // BMC Medicine. 5:30, 30-38. https://doi.org/10.1186/1741-7015-5-30

IREG (2006). Berlin principles on ranking of higher education institutions. https://www.ihep.org/wp-content/uploads/2014/05/uploads_docs_pubs_berlinprinciplesranking.pdf

Jalote, P. (2019). India's quest for world-ranked universities. // Current Science. 116:9, 1479-1482.

Jeremic, V.; Bulajic, M.; Martic, M.; Radojicic, Z. (2011). A fresh approach to evaluating the academic ranking of world universities. // Scientometrics. 87:3, 587-596. https://doi.org/10.1007/s11192-011-0361-6

Johnes, J. (2018). University rankings: What do they really show? // Scientometrics. 115, 585-606. https://doi.org/10.1007/s11192-018-2666-1

Jöns, H.; Hoyler, M. (2013). Global geographies of higher education: the perspective of world university rankings. // Geoforum. 46, 45-59.

Kosztyán, Z. T; .Banász, S;.Csányi, Z.; Telcs, A. (2019). Rankings or leagues or rankings on leagues? Ranking in fair reference groups. // Tertiary Education and Management. 25, 289-307. https://doi.org/10.1007/s11233-019-09028-x

Krauskopf, E. (2021). The Shanghai Global Ranking of Academic Subjects: room for improvement. // Profesional de la Información. 30:4, e300408. https://doi.org/10.3145/epi.2021.jul.08

Liu, N. C.; Cheng, Y. (2005). The Academic Ranking of World Universities. // Higher Education in Europe. 30:2, 127-136. https://doi.org/10.1080/03797720500260116

Marginson, S. (2014). University rankings and social science. // European Journal of Education. 49:1, 45-59. https://doi.org/10.1111/ejed.12061

Marginson, S.; Van der Wende, M. (2007). To rank or to be ranked: the impact of global rankings in higher education. // Journal of Studies in International Education. 11:3-4, 306-329. https://doi.org/10.1177/1028315307303544

Moed, H. F. (2017). A critical comparative analysis of five world university rankings. // Scientometrics. 110:2, 967-990. https://doi.org/10.1007/s11192-016-2212-y

Olson, H. A. (2002). The power to name: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic.

Ordorika, I.; Lloyd, M. (2015). International rankings and the contest for university hegemony. // Journal of Education Policy. 30:3, 385-405. https://doi.org/10.1080/02680939.2014.979247

Pandiella-Dominique, A.; Moreno Lorente, L.; García-Zorita, C.; Sanz-Casado, E. (2018). Model for estimating Academic Ranking of World Universities (Shanghai Ranking) scores. // Revista Española de Documentación Científica. 41:2, e204. https://doi.org/10.3989/redc.2018.2.1462

Perez-Mejias, P.; Chiappa, R.; Guzmán-Valenzuela, C. (2018). Privileging the privileged: the effects of international university rankings on a Chilean fellowship program for graduate studies abroad. // Social Sciences. 7:12, 243. https://doi.org/10.3390/socsci7120243

Piller, I.; Cho, J. (2013). Neoliberalism as language policy. // Language in Society. 42, 23-44. https://doi.org/10.1017/S0047404512000887

Pusser, B.; Marginson, S. (2013). University rankings in critical perspective. // The Journal of Higher Education. 84, 544-568

Rauhvargers, A. (2011). Global university rankings and their impact. Brussels: European University Association. https://www.eua.eu/downloads/publications/global%20university%20rankings%20and%20their%20impact.pdf

Rauhvargers, A. (2013). Global university rankings and their impact: report II. Brussels: European University Association. https://www.eua.eu/downloads/publications/global%20university%20rankings%20and%20their%20impact%20-%20report%20ii.pdf

Robinson, D. (2014). The mismeasure of higher education? The corrosive effect of university rankings. // Ethics in Science and Environmental Politics. 13:2, 65-71. https://doi.org/10.3354/esep00135

Safón, V. (2013). What do global university rankings really measure? The search for the X factor and the X entity. // Scientometrics. 97:2, 223-244.

Saisana, M.; D'Hombres, B.; Saltelli, A. (2011). Rickety numbers: volatility of university rankings and policy implications. // Research Policy. 40:1, 165-177.

Salmi, J.; Saroyan, A. (2007). League tables as policy instruments: uses and misuses. // Higher Education Management and Policy. 19:2, 31-68. http://dx.doi.org/10.1787/hemp-v19-art10-en

Scherlen, A. (2020). Building bridges for social justice in global publishing: seeking the Mexican perspective. // The Serials Librarian. 78:1-4, 112-116. https://doi.org/10.1080/0361526X.2020.1731858

Soysal, Y. N.; Baltaru, R. D.; Cebolla-Boado, H. (2024). Meritocracy or reputation? The role of rankings in the sorting of international students across universities. // Globalisation, Societies and Education. 22:2, 252-263. https://doi.org/10.1080/14767724.2022.2070131

Stratilatis, C. (2014). University rankings and the scientification of social sciences and humanities. // Ethics in Science and Environmental Politics. 13, 177-192. https://doi.org/10.3354/esep00144

Taylor, M. ; Perakakis, P.; Trachana, V.; Gialis, S.. (2014). Rankings are the sorcerer's new apprentice. // Ethics in Science and Environmental Politics. 13:2, 73-99.

Tennis, J. T. (2012). What does a domain analysis look like in form, function, and genre? // Brazilian Journal of Information Science. 6:1, 3-14.

Tofallis, C. (2012). A different approach to university rankings. // Higher Education. 63:1, 1-18. https://doi.org/10.1007/s10734-011-9417-z

Usher, A.; Savino, M. (2007). A global survey of university ranking and league tables. // Higher Education in Europe. 32:1, 5-15. https://doi.org/10.1080/03797720701618831

Van Vught, F. (2008). Mission diversity and reputation in higher education. // Higher Education Policy. 21, 151-174. https://doi.org/10.1057/hep.2008.5

Van Raan, A. F. J. (2005). Fatal attraction: conceptual and methodological problems in the ranking of universities by bibliometric methods. // Scientometrics. 62:1, 133-143. https://doi.org/10.1007/s11192-005-0008-6

Vidal, J.; Ferreira, C. (2020). Universities under pressure: the impact of international university rankings. // Journal of New Approaches in Educational Research. 9:2, 181-193. https://doi.org/10.7821/naer.2020.7.475

Villaseñor-Becerra, J. I.; Moreno-Arellano, C. I.; Flores-Orozco, J. E. (2015). Perspectivas actuales sobre los rankings mundiales de universidades. // Revista de la Educación Superior. 44:175, 41-67.

Volkwein, J. F.; Sweitzer, K. V. (2006). Institutional prestige and reputation among research universities and liberal arts colleges. // Research in Higher Education. 47, 129-148.

Zhou, Y.; Wu, J. (2016). The game plan: four contradictions in the development of world class universities from the Global South. // Education and Science. 41:184, 75-89.

Enviado: 2026-04-04. Segunda versión: 2026-06-11.
Aceptado: 2026-06-15.